

O ENIGMA DO SÍNODO

O QUE LEVOU A IGREJA A DISCUTIR A AMAZÔNIA – E POR QUE ISSO IRRITA BOLSONARO

por John Allen Jr.

ÉPOCA

07.10.19

O ANTAGONISTA DA LAVA JATO

UM PERFIL DE ALBERTO TORON, O ADVOGADO QUE VENCEU MORO NO STF

por Dimitrius Dantas e Cleide Carvalho

UM MINISTRO CHEIO DE INFRA

TARCÍSIO DE FREITAS DIZ QUE, SEM INVESTIMENTO PÚBLICO, OBRAS NÃO VÃO DECOLAR

por Luís Lima

É ESQUISITO DIZER ADEUS

FILHA DE FERNANDA YOUNG ESCREVE SOBRE O LUTO, UM MÊS APÓS A PARTIDA DA MÃE

por Estela May

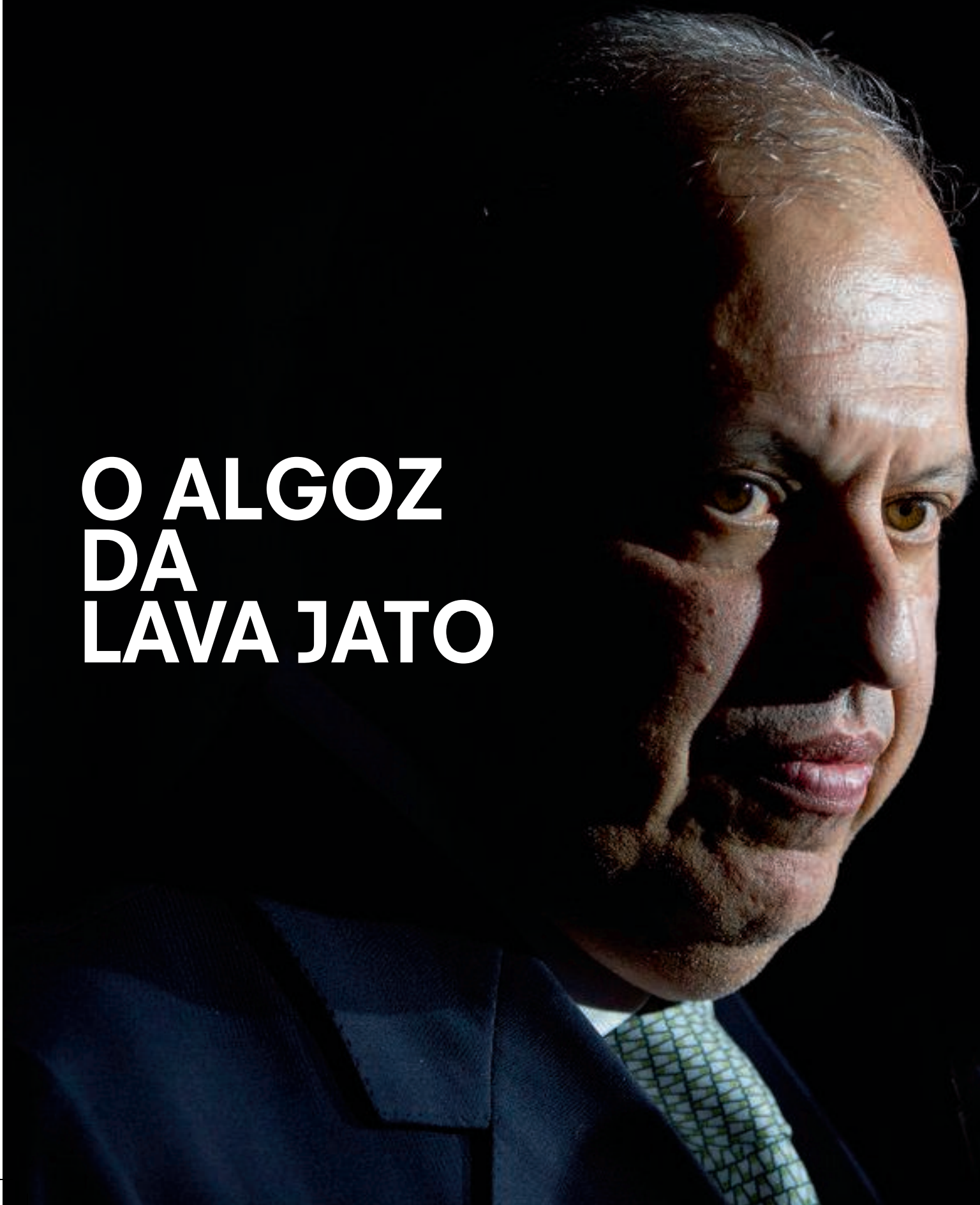
EPOCA.GLOBO.COM
Nº 1109

CARGA TRIBUTÁRIA FEDERAL
APROXIMADAMENTE 4,65%

EXEMPLAR DO ASSINANTE
VENDA PROIBIDA



O ALGOZ DA LAVA JATO



ALBERTO TORON CONSEGUIU A PRIMEIRA ANULAÇÃO NO STF DE UMA SENTENÇA DE SERGIO MORO — E AS IMPLICAÇÕES PODEM SER MUITO MAIORES

por Dimitrius Dantas e Cleide Carvalho

O advogado Alberto Zacharias Toron, autor do recurso com a engenhosa tese que desferiu o primeiro grande golpe contra a Lava Jato em cinco anos de operação, tem um apelido entre seus pares, que ele detesta: “Rei dos *Habeas Corpus*”.

A rejeitada alcunha, uma referência ao instrumento jurídico usado por advogados para questionar excessos dos tribunais, tem razão de ser. A vitória de Toron no Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais vistosa de sua carreira, mas está longe de ser a única.

Há oito anos, foi dele o argumento que ajudou a aplicar a maior derrota até então a uma operação de combate à corrupção, a Castelo de Areia, antecessora da Lava Jato, deflagrada em 2009 para investigar pagamento de propina a políticos por executivos da empreiteira Camargo Corrêa — parece familiar? Toron argumentou que a quebra de sigilos dos investigados não poderia ser feita somente a partir de informações de uma denúncia anônima, convenceu os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e fez ruir toda a investigação, enterrada para sempre.

“Eu realmente sempre manejei e impetrei muitos *habeas corpus* e tenho casos que são ‘leading cases’ (*criadores de precedentes*) do STF. Mas isso de Rei dos *Habeas Corpus* foi muito maldoso. Não me considero rei de nada. Sou um advogado que luta pelos clientes e para viver com dignidade”, disse.

Sua excelência no manejo de *habeas corpus*, no entanto, é reconhecida em livros publicados por ele e até em programas de televisão.

Em 2009, o ministro Gilmar Mendes, que agora abraçou com fervor a tese que levou aos reveses da Lava Jato, convidou Toron a apresentar um programa na TV Justiça, o *Saber Direito*. O ministro queria que um preso vendo o programa aprendesse a peticionar um *habeas corpus*.

A série, também publicada no YouTube, chega a 35 mil visualizações. Trata-se de 14 vídeos de cerca de 15 minutos de duração nos quais o criminalista ministra aulas para ensinar outros advogados — e até o público em geral — a requisitar *habeas corpus*. Durante as explanações, Toron costumava defender a importância do dispositivo, “um poderoso instrumento que o cidadão tem em suas mãos para jugular (*derrotar*) uma violência, seja oriunda de um agente do Estado, um delegado, um investigador ou um juiz”. Em outro trecho de uma das aulas, Toron diz que “se o processo penal é o sismógrafo da Constituição, o *habeas corpus* seria seu principal medidor”.

A argumentação de Toron na defesa do ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine provocou um terremoto na Lava Jato. O advogado convenceu a maioria da Segunda Turma do STF de que réus que não

Alberto Toron já reclamava dos “abusos” da Lava Jato desde o início da operação, mas sua grande vitória veio só agora

TORON JÁ HAVIA CONSEGUIDO DERRUBAR
OUTRA OPERAÇÃO ANTICORRUPÇÃO
HÁ OITO ANOS, QUANDO OBTEVE
A ANULAÇÃO DE TODAS AS PROVAS
DE UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE PROPINAS
DA CAMARGO CORRÊA A POLÍTICOS

firmaram acordo de delação premiada teriam de apresentar suas alegações finais por último, e não no mesmo prazo que os delatores. Sem ter a última palavra, segue o raciocínio, seu direito à “ampla defesa”, consagrado na Constituição, foi violado.

O tema então foi levado ao plenário do STF, a partir do caso do ex-funcionário da Petrobras Márcio Ferreira, defendido pelo advogado Marcos Crissiuma, o primeiro a fazer a tese chegar à mais alta Corte do país. Lá, a decisão foi confirmada, nesta semana, por 7 votos a 4. Em seguida, os ministros buscaram “modular” a decisão, ou seja, decidir como aplicá-la na prática para evitar anulações em série na Lava Jato e em outras ações contra a corrupção pelo país.

De acordo com uma estimativa, vários processos já julgados em primeira instância, alguns confirmados por tribunais superiores, podem ser anulados e voltar várias casas para ser refeitos.

A decisão não leva em conta o peso dos fatos em cada processo, apenas a questão formal, embora todos os seus defensores se recusem terminantemente a tratar a questão como uma “filigrana jurídica”.

No caso do sítio de Atibaia contra o ex-presidente Lula, um dos que devem ser afetados, há provas em abundância, como mostrou reportagem recente da *Folha de S.Paulo*: as delações de Emílio Odebrecht e de Léo Pinheiro, da OAS, que relatam em detalhes as negociações com Marisa Letícia em torno da reforma; as notas fiscais de compra de material para a obra, sempre em dinheiro vivo, para evitar suspeitas; os depoimentos de funcionários das empreiteiras de que trabalharam de maneira dissimulada no local; o laudo da Polícia Federal que atesta o desembolso de R\$ 700 mil do departamento de propina da Odebrecht na reforma do sítio. Isso sem contar os indícios de que Lula era, na prática, o dono do



RODOLFO BUHRER/REUTERS

sítio, como os pedalinhos com os nomes dos netos e as centenas de itens pessoais encontrados lá. Mesmo assim, o caso, prestes a ser julgado na segunda instância, deverá voltar para as alegações finais na primeira instância, em Curitiba.

A primeira grande derrota jurídica da Lava Jato pode ser vista, de certa forma, como o desfecho de um longo embate de Toron com o ex-juiz Sergio Moro, símbolo da operação, hoje ministro da Justiça de Jair Bolsonaro.

Uma discussão acalorada entre o advogado e o magistrado em uma tarde de fevereiro de 2015, nos primórdios da Lava Jato, ganhou ares de profecia para quem se recorda da cena. Toron atuava na defesa do empresário Ricardo Pessoa, ex-presidente da empreiteira UTC. No banco dos depoentes, estava um delator, o executivo Augusto Ribeiro de Mendonça, da Setal, que revelava a existência de um clube das empreiteiras



JORGE WILLIAM/AGÊNCIA O GLOBO

Deltan Dallagnol (à esq.) está em baixa desde a revelação de supostas mensagens que mostraram uma faceta personalista da força-tarefa da Lava Jato

No STF (à dir.), que nos primeiros anos da operação referendava quase tudo que vinha de Curitiba, o vento mudou

criado para definir os resultados das licitações da Petrobras. O coordenador do clube, segundo ele, era Pessoa, o cliente de Toron.

A audiência na espartana sala da 13ª Vara já ultrapassava duas horas de duração e, depois de Moro terminar suas perguntas, Toron pediu novamente a palavra. O criminalista é do tipo que formula questões rápidas, diretas, que exigem a atenção da testemunha para acompanhar seu raciocínio e evitar cair em contradição. À medida que o advogado aumentava o tom nas indagações a Mendonça, o juiz se tornava mais impaciente. Até que, após uma das perguntas, Moro interrompeu a resposta da testemunha. Toron reclamou:

“Vossa Excelência vai responder por ele? Aliás, queria lançar meu protesto com a devida e máxima vênias à pessoa de Vossa Excelência, magistrado que todos nós respeitamos. Mas as perguntas de Vossa Excelência, muitas delas já tinham respostas e eram profundamente induzidas para confirmar, com a devida vênias, a hipótese acusatória.”

O bate-boca, com todas as vênias e Vossas Excelências de praxe, terminou logo em seguida. Mas, quatro anos depois, Toron conseguiu convencer o STF de que, sim, a defesa de seus clientes havia sido prejudicada.

Ao levar esse argumento às últimas consequências, Toron tornou-se o primeiro a conseguir a anulação de uma sentença da operação. A seu lado, pesou também a mudança no clima político: não só na Justiça, mas também na política, os ventos agora sopram com força contra a Lava Jato.

Afama de não se resignar com uma decisão contrária e de impetrar recursos de todo tipo transformou Toron em um dos advogados mais procurados e mais caros da Lava Jato. Casos importantes são cobrados na casa dos milhões de reais.

Além de Bendine, de quem conseguiu anular a sentença condenatória, o criminalista tem outros clientes de peso na operação, como o empresário Fernando Bittar — sócio de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha —, e o ex-senador e atual deputado federal Aécio Neves, alvo de investigações em razão do suposto recebimento de propinas pela Odebrecht e pela JBS. Grampeado em conversa com o empresário Joesley Batista, Aécio foi flagrado pedindo R\$ 2 milhões para, segundo ele, pagar os honorários de Toron. De acordo com as investigações, no entanto, o dinheiro acabou na empresa Tapera Participações Empreendimentos Agropecuários,

AMIGOS CLASSIFICAM O ADVOGADO COMO UM “VICIADO EM PROCESSO CRIMINAL” QUE CONSEGUE SE LEMBRAR DO NÚMERO DO PROCESSO E DO JUIZ DE CASOS DE ATÉ 30 ANOS ATRÁS

JORGE WILLIAM/AGÊNCIA O GLOBO



Pela primeira vez, uma sentença proferida por Moro, agora no Ministério da Justiça de Bolsonaro, quando era juiz da Lava Jato foi anulada

de Gustavo Perrella, filho de Zezé Perrella, sem nenhuma indicação de que tenha ido para o advogado.

O criminalista faz parte do grupo de advogados que não costuma participar de processos que incluem delações premiadas, embora não seja completamente contrário ao instituto da colaboração. A principal crítica de Toron é ao uso de prisão preventiva como forma de forçar os presos a delatar, prática que, segundo ele, foi usada à exaustão pela Lava Jato. Por causa dessa visão, ele deixou a defesa de Ricardo Pessoa em julho de 2015, duas semanas após a homologação do

acordo de colaboração premiada do executivo. O ex-presidente da UTC fez a delação enquanto estava em prisão domiciliar, obtida por *habeas corpus* impetrado por Toron — o primeiro da Lava Jato.

Filho de imigrantes judeus, Toron nasceu em 5 de abril de 1959 e cresceu em um prédio cuja sacada dava para a Avenida São João. Uma das mais movimentadas do centro de São Paulo, a via é palco constante de cercos policiais a prostitutas, a menores de idade suspeitos de cometer pequenos delitos e, durante a ditadura militar, também contra guerrilheiros. A origem judaica e o impacto da repressão policial forjaram o criminalista “inconformado com injustiças”, disse sobre si mesmo.

Na faculdade de Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC), conseguiu de um professor uma indicação para trabalhar como estagiário com um criminalista ascendente à época: Márcio Thomaz Bastos, então vice-presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O jovem Toron acompanhou o mentor — e futuro ministro da Justiça — conforme sua importância entre criminalistas crescia e, nas décadas seguintes, já com escritórios separados, os dois tiraram clientes famosos de encrencas nos principais escândalos que o país testemunhou.

“Aprendi a advogar com ele. Tive a oportunidade de trabalhar nos casos mais importantes do Brasil, mas fiz muitos júris de réus pobres e vi a dualidade de tratamento em relação aos mais ricos”, lembrou Toron sobre o tempo em que trabalhou com Thomaz Bastos, morto em 2014.

Amigos o classificam como um “viciado em processo criminal”. Logo depois de deixar a faculdade e entrar no escritório de Thomaz Bastos, Toron começou a montar um fichário com todas as decisões de jurisprudência firmadas nos tribunais superiores. A internet ainda não existia, e ele lia todas as revistas

80% das vendas
da Vivi vêm
do Facebook
e Instagram.

A Vivi
e sua equipe
impulsionam
o Brasil.



Vivi Moda Exclusiva
21 mil curtiram isso



Impulsione com **facebook**

A Vivi deixou seu emprego para vender roupas on-line. Depois que ela começou a usar o Instagram e o Facebook para impulsionar suas vendas, o negócio cresceu e Vivi já contratou dezenas de pessoas.

Saiba mais em
fb.com/ImpulsioneBrasil

NUM PASSADO DISTANTE, O DEFENSOR CHEGOU A IR A UMA FAVELA AVISAR A UM CLIENTE QUE SUA PRISÃO PREVENTIVA HAVIA SIDO DECRETADA. ESSES TEMPOS FICARAM PARA TRÁS

jurídicas em busca de precedentes que pudessem ajudá-lo. Ainda hoje, durante as reuniões com advogados de seu escritório, costuma citar casos obscuros de mais de 30 anos atrás pelo número e pelo magistrado responsável pelo voto.

Seus seguidores afirmam que Toron gosta de casos polêmicos. A fama veio com o tempo, mas desde o início da carreira o advogado coleciona participação em casos rumorosos.

Na juventude, circulava por São Paulo a bordo de um Fusca verde-abacate, estampado com adesivos favoráveis à anistia dos perseguidos políticos e contrários à construção de usinas nucleares. Com ele, certa vez entrou à noite em uma favela para avisar a um cliente que havia sido determinada sua prisão preventiva. Também já conseguiu provar a inocência de um homem acusado de matar a namorada grávida por não querer a criança. Na Justiça, provou que o cliente não tinha motivo para cometer o crime: era infértil.

Segundo colegas, assim como todos os grandes criminalistas, Toron sofre de uma espécie de analgesia moral para exercer a profissão: age tecnicamente, independentemente da gravidade do crime cometido. Como na discussão com Moro, ele não hesita em comprar briga com juízes, desembargadores e ministros das Cortes superiores, ainda que mantenha as medidas jurídicas.

Entre os muitos outros casos de repercussão em que Toron trabalhou estão o do mensalão, em que defendeu o então deputado federal João Paulo Cunha (PT); o do juiz Rocha Mattos, preso na Operação Ananconda por venda de sentenças; e o do também juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, condenado por desvios milionários na obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. Foi um *habeas corpus* obtido nesse caso que lhe rendeu, aliás, o detestado apelido.

Márcio Thomaz Bastos (*de perfil, de óculos, à esq.*), o mais influente criminalista das últimas décadas no Brasil, foi mentor de Toron

AILTON DE FREITAS/AGÊNCIA O GLOBO

